

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS

Termo de Referência 87/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG	Editado por	Atualizado em
87/2025	240013-COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS LAIS CRISTINA LEITE MAIA	18/02/2026 16:30 (v 0.22)
Status		
ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	72/2025	09021.000024/2025-51

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

1.1. Aquisição de café torrado e moído do tipo único *açúcar refinado e adoçante, por Sistema de Registro de Preços*, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item 1: Café torrado e moído

Item 2: Café torrado e moído

Grupo 1:

- Item 3 - Açúcar: Pacote 1Kg;
- Item 4 - Açúcar: sachê de 5g (caixa com 400 unidades);
- Item 5- Adoçante em pó: sachês de, no mínimo, 0,5g (caixa 50 unidades)
- Item 6 - Adoçante líquido: frasco de 110ml.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO		QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL
			EMBALAGEM	UNIDADE DE MEDIDA			
1	606523	Café  Apresentação: torrado e moído  Tipo: único  Torrefação: ponto de torra média	Vácuo	Pacotes de 500 g OU 0,5 kg	37.500 ampla disputa	R\$ 35,20	R \$ 1.320.000,00

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>100% arábica (<i>Coffea arabica</i>)</b></li> <li>- Ponto de torra entre 65 e 45 do disco de Agtron.</li> <li>- Atributos: Tipo Único</li> <li>- Fragrância do pó: Bom a excelente</li> <li>- Aroma da bebida: Característico, de regular a excelente</li> <li>- Acidez: Baixa a alta</li> <li>- Amargor: Típico, de intenso a leve</li> <li>- Sabor: Característico, de bom a excepcional</li> <li>- Adstringência: Nula</li> <li>Corpo: Encorpado</li> <li>- Percepção dos defeitos: tipo 2 da Classificação Oficial Brasileira - COB.</li> <li>- Sabor residual: Regular a excelente</li> <li>- Qualidade Global: Bom a excelente</li> <li>- <b>Nota de Qualidade Global: maior que 7 pontos</b></li> <li>- Moagem: Média (nos termos do anexo V da Portaria).</li> </ul>					
2	606523	<b>Café</b>  <b>Apresentação:</b> torrado e moído  <b>Tipo:</b> único  <b>Torrefação:</b> ponto de torra média  <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>100% arábica (<i>Coffea arabica</i>)</b></li> <li>- Ponto de torra entre 65 e 45 do disco de Agtron.</li> <li>- Atributos: Tipo Único</li> <li>- Fragrância do pó: Bom a excelente</li> </ul>	Vácuo	<b>Pacotes de 500 g <u>OU</u> 0,5 kg</b>	<b>12.500 ME /EPP</b>	<b>R\$ 35,20</b>	<b>R \$ 440.000,00</b>

		-Aroma da bebida: Característico, de regular a excelente  - Acidez: Baixa a alta  - Amargor: Típico, de intenso a leve  - Sabor: Característico, de bom a excepcional  - Adstringência: Nula  Corpo:Encorpado  - Percepção dos defeitos: tipo 2 da Classificação Oficial Brasileira - COB.  - Sabor residual: Regular a excelente  - Qualidade Global: Bom a excelente  - <b>Nota de Qualidade Global: maior que 7 pontos</b>  - Moagem: Média (nos termos do anexo V da Portaria).					
Grupo 1							
3	463998	<b>Açúcar</b>  <b>Coloração: branca</b>  <b>Tipo: Refinado</b>	Pacote	1 Kg	12.400 ME /EPP	R\$ 4,36	R\$54.064,00
4	463998	<b>Açúcar</b>  <b>Coloração: branca</b>  <b>Tipo: Refinado</b>	Sachê	5 g  (Caixa com 400 sachês)	300 ME/EPP	R\$ 25,63	R\$ 7.689,00
5	422397	<b>Adoçante Aspecto Físico: Pó Fino Branco, Ingredientes: Sucralose, Tipo: Dietético</b>	Sachê	0,5 g  (Caixa com 50 unidades)	300 ME/EPP	R\$ 9,95	R\$ 2.985,00
6	407523	<b>Adoçante</b>  <b>Aspecto físico: Líquido Transparente,</b>  <b>Tipo: Sucralose,</b>  <b>Prazo Validade: 1 ANOS, Tipo: Dietético,</b>	Frascos de 110 ml	Frascos de 110 ml	550 ME/EPP	R\$ 5,47	R\$ 3.008,50

		Características Adicionais: Bico Dosador					
--	--	---	--	--	--	--	--

**1.1.1 Para os itens 1 e 2 (café torrado e moído), além dos critérios de seleção do fornecedor previstos no item 8 deste Termo de Referência, deverão ser atendidas as condições para o aceite da proposta, nos termos do item 4.1.2.1.**

**1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.**

**1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.**

**1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 1 ano contado da sua assinatura, conforme art. 84, caput, da Lei 14.133/2021.**

**1.4.1 Os contratos firmados com fundamento na Ata deverão ser celebrados durante sua vigência e terão duração de 12 (doze) meses, conforme art. 105 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de entregas parceladas.**

**1.4.2 Possibilidade de prorrogação da Ata de Registro de Preços**

**Em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, a ata de registro de preços decorrente desta contratação terá vigência inicial de um ano, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por igual período, mediante termo aditivo celebrado dentro de sua vigência, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos para a Administração.**

**1.4.2.1 Possibilidade de renovação do quantitativo no caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços**

**À luz do princípio do planejamento, bem como da necessidade de assegurar o atendimento integral à demanda da SERE durante toda a vigência da contratação, prevê-se, de forma expressa, nesta fase de planejamento, a possibilidade de renovação dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, na hipótese de prorrogação de sua vigência.**

**A previsão decorre da orientação fixada no Parecer n. 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, segundo o qual a renovação de quantitativos é juridicamente admissível, desde que observados os seguintes requisitos: a) comprovação da vantajosidade dos preços registrados; b) respeito ao princípio da anualidade das contratações públicas, conforme a expectativa de consumo anual; c) previsão expressa nos Estudos Técnicos Preliminares e no edital; e (d) celebração do termo aditivo de prorrogação durante a vigência da ata. A inclusão dessa previsão visa a evitar subdimensionamento da demanda e adequar-se ao novo contexto institucional de preparo e oferta de café no Itamaraty, que ampliou significativamente o consumo nas unidades da SERE.**

**1.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.827.746,50 (um milhão, oitocentos e vinte e sete mil, setecentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários em anexo.**

**1.6. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):**

**1.6.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;**

**1.6.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;**

**1.6.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou**

**1.6.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.**

**1.7. A ata oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.**

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “B”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

**2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.**

**2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2025 conforme detalhamento a seguir:**

**2.2.1. ID PCA no PNCP: 00394536000139-0-000006/2025**

**2.2.2. Data de publicação no PNCP: 15/05/2024**

**2.2.3. Id do item no PCA: 88**

**2.2.4. Classe/Grupo: 8955 - CAFÉ, CHÁ E CHOCOLATEX**

**2.2.5. Identificador da Futura Contratação: 240013-72/2025**

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “C”, E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

**3.2. ITENS 1 E 2: APRESENTAÇÃO: TORRADO E MOÍDO. TIPO: ÚNICO. TORREFAÇÃO: PONTO DE TORRA MÉDIA**

**3.2.1. Código CATMAT: 606523**

**3.2.2. Embalagem:**

**3.2.2.1. Tipo: a vácuo**

**3.2.2.2. Unidade de medida: 500 g OU 0,5 kg**

**3.2.2.3. Material:** o material da embalagem em contato direto com o café, deverá ser de material adequado e observando a legislação específica vigente.

**3.2.2.4. Rótulo:** deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a. Grupo: torrado e moído;
- b. Informação da espécie de café com a expressão "100% (nome da espécie)", ou a predominância da espécie com a expressão "predominantemente (nome da espécie)", conforme o caso, sendo permitida, adicionalmente, a informação da variedade do café;
- b. Denominação de venda do produto, que será constituída da palavra "café", seguida da marca comercial, se houver;
- c. Identificação do lote;
- d. Nome empresarial, CNPJ ou CPF;
- e. Ponto de torra ou a classificação da torra;
- f. Prazo de validade;
- g. Instruções de conservação, preparo e uso do alimento, quando necessário; e
- i. Peso líquido.

***j. Moagem: Média (nos termos do anexo V da Portaria)***

**3.2.3. Características de torrefação:** correspondem ao ponto de torra e à classificação da torra que estão estabelecidas no Anexo IV da Portaria SDA/MAPA nº 570, de 2022.

3.2.4. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referentes aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

### **3.3. ITEM 3: AÇÚCAR. COLORAÇÃO: BRANCA. TIPO: REFINADO**

**3.3.1. Código CATMAT: 463998**

**3.3.2. Embalagem:**

**3.3.2.1. Tipo: pacote**

**3.3.2.2. Unidade de medida: 1 kg**

**3.3.2.3. Material:** o material da embalagem com contato direto com o açúcar, deverá ser material adequado e observando a legislação específica vigente.

**3.3.2.4. Rótulo:** informações que devem constar:

- a. Classificação:** a palavra "Classe", seguida da denominação da classe correspondente; com a denominação do Tipo correspondente;
- b. A palavra "açúcar" seguida da marca comercial, se houver;**
- c. Identificação do lote**

**d. Peso líquido;**

**e. Nome empresarial; CNPJ ou CPF; o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto;**

**f. Tabela de informação nutricional: deverá constar a tabela com as informações nutricionais, salvo se forem enquadradas em outras situações elencadas no Anexo I da IN nº 75, de 2020, da Anvisa, como nos casos de açúcares em embalagens com superfície visível para rotulagem menor ou igual a 100 cm<sup>2</sup>, por exemplo, sachê de açúcar.**

**g. Prazo de validade.**

**3.3.3 Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referente aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.**

#### **3.4. ITEM 4: AÇÚCAR. COLORAÇÃO: BRANCA. TIPO: REFINADO**

**3.4.1. Código CATMAT: 463998**

**3.4.2. Embalagem:**

**3.4.2.1. Tipo: sachê.**

**3.4.2.2. Unidade de medida: caixas com 400 sachês de 5 gramas**

**3.4.2.3. Material: o material da embalagem com contato direto com o açúcar, deverá ser material adequado e observando a legislação específica vigente.**

**3.4.2.4. Rótulo: informações que devem constar:**

**a. Classificação: a palavra "Classe", seguida da denominação da classe correspondente; com a denominação do Tipo correspondente;**

**b. A palavra "açúcar" seguida da marca comercial, se houver;**

**c. Identificação do lote;**

**d. Peso líquido;**

**e. Nome empresarial; CNPJ ou CPF; o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto;**

**f. Tabela de informação nutricional: deverá constar a tabela com as informações nutricionais, salvo se forem enquadradas em outras situações elencadas no Anexo I da IN nº 75, de 2020, da Anvisa, como nos casos de açúcares em embalagens com superfície visível para rotulagem menor ou igual a 100 cm<sup>2</sup>, por exemplo, sachê de açúcar.**

**g. Prazo de validade.**

**3.4.3. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referente aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.**

#### **3.5. ITEM 5: ADOÇANTE. ASPECTO FÍSICO: PÓ FINO BRANCO. INGREDIENTES: SUCRALOSE**

**3.5.1. Código CATMAT: 422397**

### **3.5.2. Embalagem:**

#### **3.5.2.1. Tipo: sachê.**

#### **3.5.2.2. Unidade de medida: caixa com 50 sachês de, no mínimo, 500 mg.**

#### **3.5.2.3. Material: o material da embalagem com contato direto com o adoçante, deverá ser material adequado e observando a legislação específica vigente.**

#### **3.5.2.4. Rótulo: informações que devem constar:**

**a. Classificação: a palavra "Classe", seguida da denominação da classe correspondente; com a denominação do Tipo correspondente;**

**b. A palavra "adoçante" acompanhada do edulcorante e seguida da marca comercial, se houver, se houver;**

**c. Identificação do lote;**

**d. Peso líquido;**

**e. Nome empresarial; CNPJ ou CPF; o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto;**

**f. Tabela de informação nutricional: deverá constar a tabela com as informações nutricionais, salvo se forem enquadradas em outras situações elencadas no Anexo I da IN nº 75, de 2020, da Anvisa, como nos casos de açúcares em embalagens com superfície visível para rotulagem menor ou igual a 100 cm<sup>2</sup>, por exemplo, sachê de adoçante.**

**g. Prazo de validade.**

**3.5.1. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referente aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.**

#### **3.5.1.1 ITEM 6: ADOÇANTE. ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO TRANSPARENTE. INGREDIENTES: SUCRALOSE**

#### **3.5.1.2 Código CATMAT: 407523**

#### **3.5.1.3 Embalagem:**

#### **3.5.1.4 Tipo: frasco de plástico.**

#### **3.5.1.5 Unidade de medida: 110 ml**

#### **3.5.1.6 Material: o material da embalagem com contato direto com o adoçante, deverá ser material adequado e observando a legislação específica vigente.**

#### **3.5.1.7 Rótulo: informações que devem constar:**

**a. Classificação: a palavra "Classe", seguida da denominação da classe correspondente; com a denominação do Tipo correspondente;**

**b. A palavra "adoçante" seguida da marca comercial, se houver;**

**c. Identificação do lote;**

**d. Peso líquido;**



**e. Nome empresarial; CNPJ ou CPF; o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto;**

**f. Tabela de informação nutricional: deverá constar a tabela com as informações nutricionais, salvo se forem enquadradas em outras situações elencadas no Anexo I da IN nº 75, de 2020, da Anvisa, como nos casos de açúcares em embalagens com superfície visível para rotulagem menor ou igual a 100 cm<sup>2</sup>, por exemplo, sachê de adoçante.**

**g. Prazo de validade.**

**3.5.1.8 Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referente aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.**

### **3.6. Cláusulas de Sustentabilidade**

3.6.1. Os critérios de sustentabilidade devem abranger cada fase do ciclo de vida do objeto quais sejam: produção, distribuição, uso e destinação final.

#### **3.6.1.1. Produção:**

- a. Os processos de plantio, colheita e processamento devem atender às exigências sociais, ambientais e econômicas em conformidade aos normativos que tratam do tema.
- b. As embalagens primária e secundária dos produtos devem ser recicláveis e/ou conter percentual de material reciclado em sua composição em observância aos normativos que tratam do tema.

#### **3.6.1.2. Distribuição:**

- a. Devem ser observados os normativos que dispõem sobre as boas práticas para distribuição e comercialização do **café torrado e moído, açúcar e adoçante**.

#### **3.6.1.3. Uso:**

- a. A forma de consumo do **café torrado e moído, açúcar e adoçante** deve evitar desperdício.

#### **3.6.1.4. Destinação final:**

- a. Deve ser realizado o descarte seletivo das embalagens a fim de favorecer a correta destinação no pós-consumo. A ABNT-NBR 16182:2014 contém a simbologia de identificação dos materiais para o adequado descarte.

## **4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “D”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

#### **4.1.1. Sustentabilidade:**

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

##### **4.1.1.2 Alinhamento com o Plano Diretor de Logística Sustentável:**

**A presente contratação está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE/MRE), conforme previsto no Decreto nº 10.947/2022, no art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022 e na Portaria SEGES**

*/ME nº 8.678/2021. O PLS vigente (biênio 2025–2026) estabelece diretrizes estratégicas que orientam as contratações públicas com foco na sustentabilidade ambiental, social e econômica, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.*

#### **4.2. Diretrizes de Sustentabilidade Aplicáveis**

*A contratação observará os seguintes requisitos, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (versão setembro de 2023) e nas diretrizes PD01, PD02, PD03, PD05 e PD08 do PLS:*

##### ***I. Produção:***

- Os processos de cultivo, colheita e processamento dos produtos devem atender às exigências sociais, ambientais e econômicas, em conformidade com os normativos vigentes.*
- As embalagens primária e secundária dos produtos devem ser recicláveis e/ou conter percentual de material reciclado, conforme a ABNT NBR 15448-1 e 154482.*

##### ***II. Distribuição:***

*Devem ser observadas as boas práticas de transporte e comercialização, com preferência por fornecedores locais e logística que minimize a emissão de poluentes.*

##### ***III. Uso:***

*A forma de consumo dos produtos deve evitar desperdícios, promovendo o uso racional dos recursos.*

##### ***IV. Destinação Final:***

*O descarte das embalagens deverá ser realizado de forma seletiva, favorecendo a correta destinação no pós-consumo, conforme a simbologia da ABNT NBR 16182:2014.*

#### **4.3. Justificativa da Sustentabilidade**

*A aquisição de café, açúcar e adoçante está contemplada no Plano de Contratações Anual da entidade e atende às metas de sustentabilidade previstas no PLS, especialmente no que se refere à:*

- Redução do impacto ambiental por meio da adoção de embalagens recicláveis;*
- Promoção do consumo consciente;*
- Preferência por produtos com menor pegada ecológica;*
- Fomento à economia circular, com incentivo à logística reversa e à reciclagem.*

#### **4.1.2 Da exigência de laudo para o item Café torrado e moído**

**4.1.2.1** Como condição para o aceite da proposta, **deverá ser apresentado laudo técnico** emitido por laboratório credenciado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) **ou por** profissional

classificador habilitado e credenciado pelo MAPA, nos termos da Portaria SDA/MAPA nº 570/2022. O laudo deverá comprovar que o café fornecido atende aos padrões oficiais de identidade e qualidade e às especificações previstas no ETP e neste Termo de Referência.

#### 4.1.3. Documento de Classificação do Produto

4.1.3.1. Será exigido o Documento de Classificação do(s) produto(s) adquirido(s), em atendimento à Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, ao Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007 e a Portaria SDA/MAPA nº 570, de 9 de maio de 2022.

#### 4.1.4. Subcontratação

4.1.4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 4.1.5. Garantia da contratação

4.1.5.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, constantes do Estudo Técnico Preliminar, pelas razões abaixo justificadas:

***a. Trata-se do fornecimento de bens de consumo comum, amplamente disponíveis no mercado, de baixa complexidade. A exigência de garantia, nesse contexto, não gera ganho significativo à Administração, uma vez que representaria ônus excessivo ao contratado, sobretudo no caso de microempresas e empresas de pequeno porte. Eventuais atrasos e demais descumprimentos serão sanados na fase de execução da contratação.;***

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” E ART. 40, §1º, INCISO II, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

#### **Modo de fornecimento:**

***5.1. O fornecimento será parcelado, conforme tabela abaixo, mediante emissão de Ordens de Fornecimento pelo Contratante. Cada parcela deverá ser entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento.***

5.1. 1. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1ª	<b><i>30% das unidades de cada item</i></b>	<b><i>10 dias corridos após a emissão da Ordem de Fornecimento</i></b>
2ª	<b><i>25% das unidades de cada item.</i></b>	<b><i>10 dias corridos após a emissão da Ordem de Fornecimento</i></b>
3ª	<b><i>25% das unidades de cada item.</i></b>	<b><i>10 dias corridos após a emissão da Ordem de Fornecimento</i></b>
4	<b><i>20% das unidades de cada item</i></b>	<b><i>10 dias corridos após a emissão da Ordem de Fornecimento</i></b>

**5.1.2.** Para cada lote entregue, o contratado deverá apresentar **laudo técnico atualizado**, emitido por **laboratório credenciado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) ou por profissional classificador habilitado e credenciado pelo MAPA**, conforme Portaria SDA/MAPA nº 570/2022. O laudo deverá comprovar que o café fornecido atende aos padrões oficiais de identidade e qualidade e às especificações sensoriais e físicas previstas no ETP e neste Termo de Referência, incluindo atributos como fragrância, aroma, acidez, corpo, sabor, ponto de torra e moagem. A apresentação do laudo será condição para o recebimento definitivo da respectiva parcela.

**5.1.3.** Caso a Administração identifique indícios de que as características do café fornecido não correspondem às especificações contratadas, poderá submeter pacotes aleatórios do lote entregue a análise laboratorial, observando os critérios da Portaria SDA/MAPA nº 570/2022. Nessa hipótese, as despesas decorrentes da análise serão de responsabilidade do contratado.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **10 dias (dez dias)** de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Ministério das Relações Exteriores - Almoxarifado Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Anexo I - subsolo Zona Cívico-Administrativa - Brasília, DF, CEP 70170-900.**

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (*caput* do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (§2º do art. 44 da IN nº 5, de 2017).

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (*caput* do art. 45 da IN nº 5, de 2017).

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (*caput* do art. 45 da IN nº 5, de 2017).

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (*caput* do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (inciso VI do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (inciso II do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (inciso III do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (inciso IV do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (inciso V do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (inciso VII do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

## **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (incisos I e II do art. 23 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (inciso IV do art. 23 do Decreto nº 11.246, de 2022).

## **Gestor do Contrato**

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (inciso IV do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (inciso III do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.12. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (inciso II do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (inciso VIII do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (inciso X do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (inciso VI do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “G”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

### **Recebimento do Objeto**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, **no ato da entrega**, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5 dias (cinco dias)**, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 dias (cinco dias)**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 dias (cinco dias)**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do §2º do art. 7º da Instrução Normativa Seges/ME nº 77, de 2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a. o prazo de validade;

b. a data da emissão;

- c. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para:

- a. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Seges/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- 7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o

pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### Cessão de crédito

7.33. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa Seges/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.33.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.34. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.35. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.36. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.37. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “H”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **licitação**, na **modalidade pregão**, **sob a forma eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por item**.

### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI):** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual/Municipal/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual/Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estaduais/Municipais ou Distritais** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea “c” do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

***A exigência visa mitigar risco de inadimplemento e descontinuidade do fornecimento, considerando que o objeto envolve fornecimento contínuo e parcelado, com impacto orçamentário relevante. Caso os índices financeiros não demonstrem capacidade adequada, a exigência de patrimônio líquido mínimo garante que a empresa possua recursos compatíveis com a execução do contrato, evitando atrasos, rescisões e necessidade de contratação emergencial. Essa medida é proporcional ao risco e fundamenta-se no art. 69 da Lei nº 14.133/2021.***

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§1º do art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021).

### **Qualificação Técnica**

8.28. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

#### ***a. Para os itens 1 e 2:***

***Comprovação de aptidão par ao fornecimento de café torrado e moído em quantidade mínima equivalente a 20% do quantitativo estimado para o período de 12 (doze) meses, de modo a demonstrar experiência prévia na execução de fornecimentos similares.***

#### ***b. Para o grupo 1:***

***Comprovação de aptidão para o fornecimento de gêneros alimentícios.***

8.28.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

***A exigência de experiência mínima no fornecimento de café torrado e moído em quantidade equivalente a 20% do quantitativo estimado para 12 meses visa assegurar que o fornecedor possui capacidade técnica e logística para atender às entregas parceladas, evitando risco de atraso ou fornecimento inadequado.***

8.29. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.30. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31 Como condição para o aceite da proposta, **deverá ser apresentado laudo técnico** emitido por laboratório credenciado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) **ou por** profissional classificador habilitado e credenciado pelo MAPA, nos termos da Portaria SDA/MAPA nº 570/2022. O laudo deverá comprovar que o café fornecido atende aos padrões oficiais de identidade e qualidade e às especificações previstas no ETP e neste Termo de Referência.

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art. 4º, inciso XI do art. 21, incisos I do art. 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764 de 1971;

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI), para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.32.4. O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a. Ata de fundação;

b. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “J”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

### **DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “J”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

9.2.1. Gestão/Unidade: **240013 – Divisão de Recursos Logísticos**

9.2.2. Fonte de Recursos: **1000**

9.2.3. Programa de Trabalho: **07122003220000001**

9.2.4. Elemento de Despesa: **339030**

9.2.5. Plano Interno: **XXX**

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**Brasília, 13 de fevereiro de 2025**

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## 10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LAIS CRISTINA LEITE MAIA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 18/02/2026 às 15:39:05.*

**LUIZ FELIPE CZARNOBAI**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 18/02/2026 às 16:30:46.*